

SALÃO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXIX SIC




múltipla 
UNIVERSIDADE
inovadora  inspiradora

Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	O Brasil na Guerra Fria interamericana: o envolvimento da ditadura brasileira no golpe de Estado no Chile (1973)
Autor	HENRIQUE PIGOZZO DA SILVA
Orientador	CARLOS SCHMIDT ARTURI

O Brasil na Guerra Fria interamericana: o envolvimento da ditadura brasileira no golpe de Estado no Chile (1973)

Autor: Henrique Pigozzo da Silva
Orientador: Carlos Schmidt Arturi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A América Latina era tida como uma região dominada pelos Estados Unidos da América desde o final do século XIX, com a declaração da Doutrina Monroe por aquele país e, principalmente, após a divisão do Sistema Internacional entre zonas de influência capitalista e socialista durante a Guerra Fria. O sucesso da Revolução Cubana, em 1959, levou apreensão aos dirigentes norte-americanos e às elites de direita em todo o continente. Por outro lado, mostrou para os partidos socialistas latino-americanos que a tão almejada revolução comunista poderia ser atingida e sustentada (vide a frustrada tentativa de invasão da Baía dos Porcos em 1961) em qualquer lugar. Para os EUA, contudo, a ascensão de novos governos de esquerda, e até mesmo de centro-esquerda, na região era intolerável, ou seja, seu governo atuaria de maneira coordenada com seus aliados anticomunistas para evitar a “cubanização” da América. Constitui-se a Guerra Fria Interamericana, conceito sustentado pela pesquisadora britânica Tanya Harmer, em que Cuba, Chile e Brasil são apresentados como atores decisivos para a política internacional do continente. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo compreender o envolvimento do governo militar brasileiro para a consolidação da ditadura chilena comandada pelo General Augusto Pinochet, desde sua participação no golpe de Estado, em 1973, passando pelo pronto reconhecimento e apoio à estabilização do novo regime até a coordenação intergovernamental para a repressão de exilados políticos. Como delimitação temporal, adota-se o ano em que o Presidente Emílio Garrastazu Médici e o Presidente Richard Nixon discutem a deposição de Salvador Allende no Chile, 1971, tendo como final o ano de 1979, em que a Lei da Anistia foi decretada no Brasil. Cabe destacar que não é objetivo deste trabalho compreender e explicar a conjuntura política interna ao Chile à época, senão o de enfatizar a investigação das posições e ações oficiais e não oficiais tomadas pelo governo Brasileiro no cenário já exposto. O trabalho terá como ponto de partida a análise de fontes primárias, quais sejam os documentos desclassificados dos Estados Unidos da América, relatórios da Comissão Nacional da Verdade e arquivos do Arquivo Histórico do Itamaraty, bem como a de bibliografia secundária. O presente estudo se faz importante para compreender como o Estado brasileiro institucionalizou a repressão e a vigilância de seus próprios cidadãos, mesmo no exterior. Do ponto de vista acadêmico, contribui para a compreensão da política externa brasileira para o Cone Sul no período. Busca-se responder às seguintes questões: “Qual foi o envolvimento do Brasil no golpe de Estado chileno de 1973? Como o Itamaraty e a Embaixada brasileira em Santiago atuaram antes e depois da deposição de Salvador Allende? Como se deu a cooperação entre os dois regimes para a perseguição, monitoramento e espionagem de exilados brasileiros no Chile? Houve financiamento do governo brasileiro ao golpe e para a consolidação do novo regime no Chile? O Brasil realizou operações encobertas juntamente com os EUA para apoiar a deposição de Allende? Houve a movimentação de setores civis brasileiros a favor do golpe no Chile?”. Como conclusão parcial, sustentamos que o Brasil atuou de maneira proativa para a deposição de Allende, tendo havido várias iniciativas neste sentido, tanto de setores militares quanto civis brasileiros.